



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 52

Sessão Ordinária Abril

Reunião em 16/04/2025

Aos dezasseis dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Vogal Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, na qualidade de Primeira Secretária, e pela Segunda Secretário, Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Catarina Marques da Rocha Barreto, João Bastos Figueiredo, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Carlos Alberto Martins Nunes, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Silvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, João Miguel Pereira de Almeida, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e Nuno Filipe Moreira Teixeira.⁰⁰¹

Faltou a Vogal Joana Filipa Ramos Lopes.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luís Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Faltou o Vereador João Filipe Andrade Machado.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão, da Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Francisco da Cunha Picado, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Batista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Eneide Manuela Soares da Silva Figueiredo Ferreira, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, João Miguel Pereira de Almeida, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, e Nuno Filipe Moreira Teixeira.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joana de Oliveira Teixeira, Rogério António Gonçalves Cachide, Maria João Matos, Ivo Renato Teixeira Rodrigues, António Fernando Mendes Couto, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Costa, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, António Manuel Santos Salavessa, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa e Silva, se fizeram substituir nesta sessão, respetivamente, por João Bastos Figueiredo, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Daniela Carla Sousa Pinto, e Carlos Alberto Martins Nunes.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as atas das sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os vogais da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 50 – Sessão Ordinária de Fevereiro – sessão realizada em 28-02-2025: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Sílvia Fernandes Ribau, Marta Elisa dos Santos Dutra, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Francisco da Cunha Picado, Rita Alexandra Monteiro Batista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, David Filipe Ramos Silva, e Fernando Tavares Marques.

Acta n.º 51 – Sessão Extraordinária em Março – sessão realizada em 23-03-2025: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Sílvia Fernandes Ribau, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Francisco da Cunha Picado, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Batista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, David Filipe Ramos Silva, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, e Henrique da Rocha Vieira.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta de afetação de parcela remanescente da operação urbanística “Loteamento das Agradas do Norte” ao Domínio Público Municipal;

Ponto 2 – Apreciação e votação da 2ª Revisão Orçamental;

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 25FEV25 a 10ABR25;

Ponto 4 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2024, da Câmara Municipal de Aveiro;

Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação – promover a implementação da norma ISO-37001 nos concursos públicos promovidos pela autarquia.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

De seguida o Presidente da Mesa informou que havia um munícipe inscrito para intervir neste período regimental de Intervenção do público, dando-lhe de imediato a palavra.

Munícipe António Manuel Mortágua Soares:⁰⁰⁷

“Boa noite a todos. Boa noite senhores presidentes, senhores deputados. Venho aqui como um cidadão e não como representante de um clube que acho que toda a gente sabe qual é. Como sabem sou cagaréu de gema, 50% cagaréu e 50% ceboleiro, mas sou aveirense que é isso que interessa para a questão. Venho aqui apresentar três questões, e a ver se consigo aqui dar à volta à assembleia com vocês todos juntos.

Há muito tempo que falo (como cidadão e não só) num projeto de prova aquática dentro dos nossos Canais. Não percebo, porque não se consegue dar a volta ao regulamento municipal e quando me respondem, respondem-me sempre que a laguna é dos moliceiros, quando aquilo nem sequer é moliceiro. Isto é a minha primeira questão. Porque é que não se consegue dar a volta ao regulamento, quando às vezes se dá a volta ao regulamento para outras situações? Esta é a minha primeira questão. Depois temos outra situação, a piscina do Galitos, agora denominada piscina Diogo Carvalho, como vocês sabem, abria ao fim de semana e agora não abre. Aquilo tinha uma grande adesão ao fim de semana de regime livre. Atenção que eu falo como cidadão e não como representante de ninguém. Pergunto eu, será que a autarquia não podia suportar os custos da piscina aos fim-de-semana ou então colocar lá alguém, porque penso que é isso que está a faltar ali na piscina. Eu penso pelo feedback que obtive a abertura da piscina Diogo Carvalho ao fim-de-semana vai encarecer aos Galitos, porque a piscina foi entregue a gestão da piscina foi entregue ao Galitos, uma despesa, creio, acrescida de 1800 a 2000 euros mensais. Foi aquilo que me disseram e eu acredito nas informações que dão.

Terceira questão é aquilo que dizem que há falta de piscinas cá em Aveiro. E eu, como cidadão digo que não, não há falta de piscinas cá em Aveiro. Há se calhar falta de vontade política para cobrir as piscinas que existem em Aveiro. Porque nós não temos falta de piscinas. Eu já ando a dizer isto há bastantes anos. Nós temos aqui a piscina do Carrocho, temos a piscina de Oliveirinha, que só são utilizadas durante o Verão. Porque não juntarem, não sei, a junta ou a câmara, a autarquia, se calhar fazerem para uma parceria público-privada com duas ou três empresas e fazer uma cobertura amovível durante o inverno depois

durante o Verão, abriam aquilo. Ou seja, as piscinas em vez de serem rentáveis, de produzirem durante 4 meses no Verão, seriam rentáveis durante o ano inteiro. Eram estas as 3 questões. Como viu Senhor Presidente os 5 minutos chegaram perfeitamente. Era só isto que eu tinha a dizer. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁹

“Muito obrigado. De uma forma sumária, o senhor António Mortágua sabe as respostas às perguntas todas que colocou. Mas só para partilhar com todos, em relação a uma prova aquática ou qualquer outra organização ou evento que se queira fazer no Canais urbanos, elas são à partida possíveis. Depois há questões de natureza técnica ligada, em primeiro lugar à qualidade da água para determinado tipo de funções. E, obviamente, quando a relação é direta do corpo humano com a água, os padrões de qualidade que são exigidos são mais altos do quando se trata, por exemplo, temos tido várias provas de canoagem, nomeadamente e, portanto, é preciso esse equilíbrio. E para justificar, é necessário que sejam tomadas um conjunto de medidas que garantam as devidas condições técnicas.

Portanto não há nenhum problema, não é preciso dar a volta a nada, é preciso que cada projeto que é apresentado seja ponderado naquilo que são as suas incidências de possibilidade de ocorrência, de compatibilidade com várias funções em que uma delas são as operações marítimo-turísticas, mas, enfim, há tantas outras, nomeadamente quando estão em causa provas que tem uma relação direta do corpo humano com a água.

Segunda questão da piscina do Galitos. Ela está entregue ao Galitos por contrato formal, além do mais aprovado por esta Assembleia Municipal e, portanto, é ao Galitos que as perguntas têm que ser feitas. Nós confiamos completamente no Galitos, nos seus critérios, na sua gestão, na relação da gestão da despesa e da receita se abre ou não abre, qual é a hora e, portanto, é ao Galitos que a gestão está entregue e, portanto, estamos tranquilos e bem.

Há um mecanismo que está no contrato de avaliação, regulado desse mesmo contrato, a uma comissão criada e, obviamente, não faria qualquer sentido eu estar a fazer avaliações de natureza pública, quando estamos agora a começar a trabalhar o primeiro momento de avaliação de um protocolo que está agora a aproximar-se, ou melhor, que está agora a fazer um ano de vida e que, obviamente, foi exigindo a adaptação das duas entidades às várias responsabilidades que, de parte a parte, se assumiram nesse mesmo contrato.

Quanto às piscinas, enfim, só lembrar aquilo que o António Mortágua bem sabe, que criar condições para que uma piscina descoberta seja utilizada, digamos, fora da sua época, é muito mais do que fazer uma cobertura. Há toda uma bateria técnica, complexa, exigente, cara, que é preciso cuidar e, portanto, não é tratar de uma cobertura amovível que se abre e que se fecha. Não, há muitas outras componentes, que são tecnicamente exigentes que são caras e que, enfim, transformam esse tipo de projeto e de investimento bem mais complexo e caro do que aquilo que parece, com uma abordagem de por uma cobertura.

Estamos a iniciar um projeto de uma piscina municipal. A primeira piscina municipal de plena condição do nosso município, que estamos a projetar e que vamos construir ao lado do pavilhão desportivo oficina. Estamos agora a adjudicar, no seguimento do terceiro concurso da obra ali junto ao nosso Estádio Municipal de Aveiro Mário Duarte. E aí sim, aí sim é uma piscina com plena condição para fazer tudo e mais alguma coisa em termos de formação e de competição e obviamente que estará, não terá nenhuma cobertura amovível, será uma piscina coberta, fechada, com todas as condições técnicas.

Queremos continuar a ter e a primeira operação vai ter concurso público lançado numa das próximas 2 reuniões de câmara, é dar uma vida com qualidade à piscina de Cacia, que vai continuar a ser descoberta, mas com as devidas condições técnicas para ser bem utilizada em segurança e a outra que está neste momento a entrar em obra, que é a piscina de São Jacinto.

E que se manterá também numa lógica de piscina descoberta, mas ela própria com todas as condições técnicas exigidas, mas mantendo a sua componente de piscina descoberta. Portanto, estamos com uma oferta muito curta no que respeita a piscinas de serviço permanente ao longo de todo o ano. A nossa aposta é continuar a apoiar como temos apoiado e muito, os nossos dois principais clubes que se dedicam à natação. O Sporting Clube de Aveiro que tem ele próprio uma piscina e o Galitos que gere uma piscina, enfim, que não sendo de plena condição municipal, como sabemos, está entregue por contrato com a com o IPDJ   Câmara Municipal e avançarmos com este projeto para já que depois será obra de uma piscina, a primeira piscina, que   inacreditável um município como o nosso está agora e só agora, a cuidar de projetar, para depois construir a sua primeira piscina municipal coberta, de plena condição. Portanto, é neste quadro que vamos continuar a trabalhar esta área importante da natação. Muito obrigado.”

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu in cio⁰¹⁰ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP)⁰¹²

Presidente da Mesa

Vogal João Almeida (PAN) — Nos termos do n.  2 do artigo 45.  do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Boa noite a todos a todas. Queria trazer aqui um assunto muito específico, tem a ver com a rua Clube dos Galitos. Havia a expectativa na sequência da obra do Rossio e da Ponte Praça, que a rua dos Galitos também fosse requalificada com o alargamento do passeio, principalmente nesta altura que vamos chegar agora com o Verão com a carga turistas que circulam naquela zona. Já há alguns autocarros que estão aí a descarregar turistas para frequentarem o centro de Aveiro e gostava de saber qual é quais são os planos, qual é o estado desses planos para o alargamento do passeio, para a melhoria do espaço público naquela zona. Obrigado.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.  2 do artigo 45.  do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Muito obrigado Senhor presidente, e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem está a assistir a sessão pelos canais digitais. O Bloco Esquerda quer aproveitar este momento de intervenção política para fazer uma tomada de posição sobre 2 assuntos que nós consideramos muito relevantes, não só para o concelho, mas para toda a região. Não só da região de Aveiro, mas a região Centro. O primeiro é este rod pio de comunicação e informações contraditórias acerca da requalificação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Por um lado, temos um governo do PSD/CDS que não atribui uma verba no Orçamento de Estado para amplificação deste equipamento, que eu diria que aqui nesta casa tem unanimidade, que é preciso requalificar aquela infraestrutura, que é preciso dot -la de mais valências, porque Aveiro e a região como um todo, está a expandir-se demograficamente e claramente aquele equipamento hospitalar já não consegue dar resposta. Mas o que nós vemos é um governo PSD/CDS que nem sequer está interessado em fazer estudos sobre o

assunto. O Governo anterior ainda fazia declarações, promessas vazias sobre a expansão do hospital, este aqui nem sequer consigna uma verba no Orçamento de Estado a este equipamento.

Bem sabemos que este tema tem feito também danos internos no PSD, com Luís Montenegro a vir a Aveiro fazer declarações como basicamente, que o hospital ia-se construir ainda este ano, o Presidente da Câmara a dizer, a desmenti-lo publicamente, a dizer que isso não ia acontecer e, portanto, achamos que é preciso deixar esta politiquice de lado e finalmente, fazer o que, a região deve ter força com o Governo Central para finalmente exigir a requalificação deste equipamento.

Depois tem a ver com o aparente abandono do Governo da intenção de fazer a ligação Aveiro/Salamanca. Nós consideramos que, isto a ser verdade, é uma decisão que vai lesar o futuro do desenvolvimento da nossa região. Vai cortar as pernas para usar essa expressão ao Porto de Aveiro, vai lesar as empresas da região, vai colocar em questão projetos em andamento e é constrangedor, eu diria, não ouvir uma declaração sobre esta decisão danosa para a Região de Aveiro, aos principais dirigentes políticos do nosso concelho.

Não ouvimos uma declaração de repúdio e condenação desta decisão do candidato do PSD à autarquia. O atual Presidente da Câmara, que se saiba, pelo menos também não tomou uma posição pública sobre este assunto. Até agora a única força política a fazê-lo publicamente foi o Bloco de Esquerda e, portanto, queremos também dar oportunidade aos outros partidos e às outras forças políticas para se posicionarem sobre esta decisão que, mais uma vez, reforço, é danosa para o desenvolvimento da região de Aveiro. Disse.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Foi publicado hoje no Diário da República. o Plano Nacional Ferroviário, no qual o Governo determina que as Infraestruturas de Portugal, proceda à avaliação dos investimentos ferroviários prioritários e a realização dos estudos necessários da tomada de decisão, relativamente a vários investimentos ferroviários. De entre os quais destaco a ligação ferroviária entre Aveiro/Salamanca. É dedicado neste documento um capítulo à nova linha Aveiro/Vilar Formoso, na qual é referido o que todos sabemos há décadas, mas que passo a citar: a construção de uma nova ligação ferroviária entre o litoral e o interior centro, no eixo Aveiro/Viseu/Vilar Formoso melhorará significativamente mobilidade entre a Beira Interior e todo o litoral do país. Além disso, esta ligação resolve uma das lacunas mais importantes do sistema de transportes nacional, ausência de acessibilidade ferroviária à Cidade de Viseu. Finalmente, esta é a ligação que irá permitir serviços de alta velocidade entre as regiões Norte e Centro de Portugal ou mesmo de Lisboa, a diferentes regiões de Espanha.

Assim, perspetiva-se que este corredor ferroviário terá separação de tráfegos, ou seja, a linha atualmente existente da Beira Alta será dedicada sobretudo a transportes regionais de passageiros e mercadorias e esta linha que irá ser estudada será sobretudo o transporte de alta velocidade de passageiros.

Também neste documento fala-se da linha do Vouga e diz, no médio prazo perspetiva-se a sua eletrificação, a aquisição de novo material circulante, como uma forma de dar um salto qualitativo em termos de serviço. Também deve ser considerada a realocação de algumas estações, como já foi aqui falado várias vezes, por locais que responda a melhor procura existente. Atualmente, as características técnicas desta linha e do material circulante moderno, aproxima a linha do Vouga do sistema de ferrovia ligeira.

Depois o parágrafo final, deve ter sido feito por alguém que está na capital e que não conhece bem terreno, diz que este embrião de sistema mobilidade urbana possa penetrar na Cidade. Até parece que a nossa estação de Aveiro é ali para os arrabaldes e não no centro da

cidade como efetivamente é. E, portanto, queria saudar este documento hoje publicado em Diário da República. Já vimos que há quem não leia o Diário da República atempadamente e, portanto, venham fazer aqui umas declarações públicas um bocado fora do contexto. Esperamos todos e julgo que aqui também há unanimidade, que se façam os estudos e que seja possível, porque o de facto de fazerem os estudos não quer dizer que se faça a obra, mas que desses estudos resulte, seja possível, construir esta linha que há tantos anos se fala Aveiro/Viseu/Vilar Formoso.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰¹⁶

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

“Eu queria questionar quando é que a Comissão Para a Igualdade irá reunir. No passado dia 31 de Março foi convidada para assistir a uma formação online para municípios sobre igualdade e não discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, que achei muito interessante e que gostei muito de assistir, mas efetivamente ainda não reuniu a Comissão Para a Igualdade e eu gostava de saber quando é que irá reunir.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁸

“Boa noite. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimentar todos os presentes e os que estão a assistir neste período antes da ordem do dia. E queria referir-me a três assuntos que já foram aqui um bocadinho abordados. Permitia-me começar pelas portagens que o Pedro falou, que ontem aprovamos por unanimidade na CIRA, mas lembrar que a bancada do PSD quer um bocadinho mais. Quere um bocadinho mais que os pórticos entre Angeja/Cacia e Aveiro e acha inqualificáveis as suas existências, mas também pela pelos pórticos entre Aveiro e Quintãs na A17, no fundo é parte da autoestrada A17 dentro do concelho. Que a mesma não seja portajada como autoestrada, mas ser a circular externa de Aveiro. Foi sempre por isso que nos batemos na Câmara de Aveiro, sempre nos batemos por isso e continuaremos a bater-nos pela abolição das portagens de quem entra e sai dentro dos limites do concelho de Aveiro.

Isso para nós não tem jeito nenhum, alguém que está em Esgueira e quer ir a Oliveirinha, ter de pagar portagem. Portanto defendemos não só a abolição dos pórticos da A25 assim como os outros pórticos entre Angeja e Quintãs, para que se possa criar a tal cintura externa de circulação rodoviária de Aveiro. Isso sim seria uma mais-valia para Aveiro com a ligação das suas zonas industriais.

Sobre o Centro Hospitalar do Baixo Vouga. É um tema que já vem de há muitos anos. Portanto não vem deste Governo, vem de trás e continuará, se calhar, se calhar ainda vem mais de trás e, neste momento o que é que nós temos? Temos Hospital que nos seus recursos humanos têm melhorado muito, tem melhorado muito. Mas nas suas instalações está, não diria ultrapassado, mas não dá mais. O Hospital de Aveiro já é neste momento um acampamento de contentores, de bons contentores, que custam uma fortuna, mas mesmo os contentores não chegam. Neste momento presente, temos alguns serviços de alta qualidade que abriram no passado, como por exemplo o caso da cardiologia que tem as angioplastias, abriu em Maio do ano passado, neste momento tem 14 meses de lista de espera.

Mas é porque não pode fazer mais, não há camas, temos que ultrapassar isto entre todos e não estou a criar nenhuma carga política nisto. Veio de trás, é de agora, será do futuro. A requalificação, está o projeto em curso, o projeto há-de ter um fim, mas é preciso fazer pressão, ter garantias de que há dinheiro para fazer mais que o projeto. E nisso temos que estar também todos juntos.

Depois também queria falar um bocadinho sobre a ligação do vouguinha. Vouguinha não é o vouguinha que vai de Águeda lá por cima. É do nosso vouguinha que vai de Águeda para Aveiro, que tem parado, vai devagarinho, não vai. E claramente temos que o concretizar. Temos que o levar para a frente e temos que fazer pressão para que ele seja feito, porque esta linha ferroviária retirará muitos carros da nova estrada entre Aveiro e Águeda. Aveiro e Águeda têm 2 polos industriais muito fortes e dois polos também universitários muito fortes. E só isso faz andar muitas pessoas de um lado para o outro. Penso que esta linha ferroviária de transporte público tirará muitos carros e muitos circuitos unipessoais da estrada e temos que aqui referir isso, porque temos que nos bater também todos para que isso venha a acontecer.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁹

“Senhor Presidente muito obrigado. Tomei nota de tudo, mas deixarei algumas questões para o período da informação, que nesta ordem de trabalhos é o no ponto 3. Mas esclarecerei duas ou três questões que tem a ver com a temática de antes da ordem do dia.

Em primeiro lugar e, obviamente, deixando tudo claro sobre o ponto de situação de ampliação do hospital. Falaram vários de vocês, mas deixar as coisas claras. Quando o presidente do Partido Social Democrata, falando com consigo próprio na sua condição de primeiro-ministro, antes de uma intervenção pública que fez recentemente em Aveiro, quis fazer uma atualização da sua informação e fui eu que lhe dei a informação, não foi mais ninguém. E dei-lhe a informação com rigor e a frase que ele profere não é uma frase feliz. Obviamente, ele também não estava ali num discurso cuidado e com pormenor, a falar da matéria e, portanto, obviamente o Senhor Primeiro Ministro não quer enganar ninguém, porque a verdade e a realidade objetiva é apenas uma. Todos nós temos os nossos lapsos, muito especialmente quando estamos a simplificar, com frases muito curtas matérias que no mínimo exigem frases ligeiramente mais compridas. Não vale a pena fazer um filme. Qual é o ponto de situação rigoroso. É possível a ampliação do Hospital estar em obra em Outubro de 2025? É absolutamente impossível. É possível a ampliação do hospital estar em obra em Outubro de 2026? É absolutamente impossível.

E, portanto, não vale a pena estarmos a montar filmes onde eles não existem. Por mais que a frase que preferiu não esteja revestida de rigor, mas, enfim, a ambiência não era essa, como bem sabemos.

Qual é o ponto de situação. O primeiro concurso de contratação do projetista fracassou, porque a empresa que perdeu o concurso reclamou e foi-lhe dada razão, porque havia um erro no procedimento e foi anulado. O procedimento foi revisto. Foi lançado segundo concurso. Há 3 empresas candidatas e está-se neste momento em fase final de elaboração do relatório preliminar que, como mandam as regras da contratação pública é sujeito à apreciação das 3 empresas candidatas que dirão o que bem entenderem. E no seguimento da apreciação dessas participações (poderão existir ou não) é feito o relatório final de adjudicação. Esperemos que desta vez a adjudicação não seja alvo de qualquer reclamação processual ou impugnação judicial que impeça a contratação de projeto.

Dada a dimensão financeira do projeto, o procedimento carece de visto prévio do Tribunal de Contas e, portanto, chegado o visto prévio do Tribunal de Contas, e vamos aqui ser otimistas com uma lógica realista, na fase em que estamos havendo a aprovação do relatório preliminar, a aprovação digamos sem reclamações desse procedimento. O relatório final que permita assinar contrato com a empresa que ganhe o concurso e remeter esse contrato a visto prévio do Tribunal de Contas, não é possível objetivamente, não é possível termos projetista a começar a trabalhar antes do mês de Julho, Agosto. E, portanto, se tudo correr nesta normalidade que acabei de referenciar, podemos ter projetista a começar a trabalhar em

Julho, Agosto. Este projeto pela sua profunda complexidade, tem no mínimo um ano para execução de tudo. Não é só para ser elaborado, é que às vezes dizemos é a elaboração do projeto, mas não estamos a falar de elaboração do projeto simples. Estamos a falar de um projeto, tem que ir a parecer formal, de uma série de entidades, algumas delas que infelizmente mantêm performance de prazo de tramitação estupidamente lentas. Uma das quais atualmente chama-se Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. E, portanto, quando nós estamos a falar de elaborar projeto, não é só o trabalho da equipa projetista que tem que ter tudo pronto, é o projeto que tem que estar licenciado por todas as entidades.

Sendo um Hospital, há obviamente um conjunto de entidades da esfera do Ministério da Saúde que tem que obrigatoriamente apreciar o projeto e validar. Além das normais ANEPC E-redes, que também é obrigatória dada a potência necessária para fornecer energia a uma unidade desta natureza. E, portanto, e se tudo continuar a correr bem, um ano para ter tudo pronto para lançarmos concurso público é um tempo muito positivo para um projeto desta natureza. O que quer dizer estarmos no Verão do próximo ano, lançando concurso no Verão do próximo ano, Julho, Agosto ou Setembro, nunca vamos ter empreiteiro pronto, por mais que corra tudo bem no concurso e que até tenhamos Fundos Comunitários formalmente garantidos, que não exijam visto prévio do Tribunal de Contas e que possa a empreitada começar, e sujeitar o contrato apenas visto sucessivo, o que quer dizer, iniciar empreitada no primeiro trimestre de 2027.

Portanto, isto é dito por mim, se for com calma, é dito pelo atual Primeiro-Ministro, ou por qualquer um outro que o suceda, pela senhora presidente do Conselho de Administração, não do CHBV, chamo a atenção de todos que já não existe Centro Hospitalar do Baixo Vouga, isso já não existe. Nós hoje temos uma Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro. É essa a entidade gestora,

Portanto, qualquer um de nós que saiba com pormenor da matéria, que tenha a calma e o enquadramento de discussão política tranquilo, como o estamos a ter aqui, não pode dizer coisa diferente daquela que eu acabei de dizer e, ok, relembrar, fiz uma análise positiva das várias etapas. Se no projeto voltarmos a ter reclamação, impugnação judicial com efeitos suspensivos. Se na empreitada à empresa que ficar em 2º lugar, fizer uma reclamação em tribunal com efeito suspensivo. Pois, obviamente que o primeiro trimestre de 2017 é uma mera quimera e, portanto, esta é a abordagem rigorosa, não vale a pena politiquices.

O que vale a pena é todos nós, com as funções políticas que temos com a função de cidadania, que é sempre mais importante que a política que temos circunstancialmente, sejamos zelosos e empenhados no lobby de cidadania, para garantir a pressão sobre todos os agentes importantes neste processo, para que as etapas aconteçam. Para que a referenciação de reserva financeira no Programa Operacional Regional atual de 30 milhões de euros, seja ajustada quando tivermos o Orçamento com o mínimo de estabilidade. Não há o Orçamento com o mínimo de estabilidade antes de meados de 2026 num quadro tranquilo. Precisamos de Orçamento do Estado em 2025 com uma verba grande para obra? Objetivamente não. Falámos disso com clareza quando surgiu a crítica que o Orçamento de Estado 2025 não tinha verba para o Hospital de Aveiro, pois não tinha que ter. Porque não é precisa para nada. A dotação financeira da Unidade Local Saúde da Região de Aveiro para pagar o projeto inicial, está dentro do orçamento da ULS, não é preciso mais coisíssima nenhuma.

E, portanto, o que é importante nisto, é sermos todos como aveirenses rigorosos. É não andarmos em tricas absurdas neste processo porque se as alimentarmos, vamos estar a contribuir para continuar a adiar este importante objetivo. E à nossa volta, seja mais a Norte ou mais a Sul, há gente sempre muito atenta para nos estimular divisões absurdas, como de um novo hospital num outro sítio qualquer ou de mais coisas para complicar e para continuarmos a não cumprir este importantíssimo objetivo.

Portanto deixar tudo muito claro. É este com rigor absoluto o ponto de situação. E, enfim, continuamos como nós continuamos em total trabalho de equipa, nomeadamente com o Conselho de Administração da ULS da Região de Aveiro, para que tudo continue como tem acontecido.

Enfim, sabendo que estas coisas da contratação pública hoje são muito complicadas. Os governos e as Assembleias da República sempre acham que é preciso refazer ou melhorar a competência de utilização de tempo da contratação pública, mas a verdade é que as coisas não têm melhorado substancialmente a esse nível.

Segunda matéria tem a ver com a questão da ligação ferroviária. Também dizendo tudo, o Jorge Greno falou de uma dimensão que é importante que é a publicação do plano em Diário da República, e o João Moniz falou do abandono por parte do Governo.

Nem o plano é uma grande notícia, nem o abandono é verdade. O plano é um plano positivo. Mas é tão positivo como os 3 planos anteriores que também eram positivos e não serviram para coisa nenhuma. Um.

Dois. O objetivo está abandonado pelo Governo? Não está abandonado pelo Governo. Relembro e podem ler as notícias, porque, enfim, sempre lemos pouco e às vezes quando lemos vemos o que não nos interessa. No passado dia 9 de Abril, tivemos uma importantíssima reunião de trabalho toda a tarde na Guarda, na Câmara Municipal da Guarda e, pela primeira vez conseguimos congregar um número record de instituições portuguesas e espanholas, que assinaram uma declaração que é pública, foi largamente noticiada na comunicação social, em que nós assumimos, reiterámos, não é nada de novo, reiterámos apenas agora com mais peso institucional, todas as Comunidades Intermunicipais da Região Centro assinaram o documento. Coisa que nunca tínhamos conseguido. E nunca tínhamos conseguido também as Autoridades da Junta de Castilha Leon, e de alguns dos municípios chave do lado espanhol, que também tem trabalho para fazer, nomeadamente o município da Ciudad Rodrigo e o município de Salamanca.

Foi um momento muito importante. Não foi o José Ribau Esteves que assinou o comunicado porque não o tinha que fazer. O comunicado está assinado e emitido pela Câmara Municipal da Guarda, que foi anfitriã. A próxima cimeira vai ser realizada em Aveiro ainda antes do Verão. E para nós entregarmos ao novo Governo uma carta de compromisso e de desafio, seja ele qual for, nós temos que dizer ao novo Governo que esta matéria é de capital importância para Portugal e não vale a pena, foi outra decisão que tomámos, se lerem o comunicado da reunião está lá em português muito claro, não precisam de ler a versão espanhola para não se baralharem, se alguém não a tiver tranquilo, tenho todo o gosto em enviá-la para toda a gente para que possam ler e a lógica é que nós não queremos dizer que esta ligação prevista na Rede Transeuropeia há 30 anos, esta é solução do mundo e as outras que andam por aí, uma mais a Norte e outra mais a Sul, são as piores coisas do mundo. Não, aquilo que definimos em termos também de gestão estratégica deste dossier é a luta pela prioridade principal do país que é esta. E, portanto, está no plano ainda bem que está no plano.

Mas nós já estamos cansados de estar no plano. A luta é estar no plano de investimentos. É aí que deve estar a luta, repito. Vamos no quarto plano nacional ferroviário em que o objetivo lá está, mas ainda não temos um único plano de investimento com cronograma, como temos, por exemplo, neste momento, em desenvolvimento a linha de alta velocidade Lisboa/Porto. É este o quadro objetivo deste importante dossier.

Estamos a trabalhar em equipa. Esteve presente nessa reunião na Guarda o Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal que reiterou tudo aquilo que é a aposta das infraestruturas. Esteve presente a Senhora Secretária de Estado da Mobilidade que não sendo do Ministério das Infraestruturas, assumiu em nome do Governo esse empenho e essa

aposta neste corredor e, portanto, vamos continuar a trabalhar, com um lobby que finalmente conseguiu congregar todas as Comunidades Intermunicipais da Região Centro.

Foi a primeira vez que conseguimos o que é um dado particularmente importante e que custou imenso a conseguir materializar. As outras declarações, nomeadamente a de Salamanca e a declaração de Viseu, não conseguimos que tivessem subscrição pelo vasto leque de entidades representativas na sua totalidade da Região Centro.

Quanto aos pórtricos. Enfim, olhem, façamos, como diz a moda, que a minha tia São sempre exorcizava, deixem-se de conversa e passemos aos atos. Se os pórtricos acabassem, se as cobranças das portagens nesses pórtricos acabassem, por declarações de candidatos a deputados, já tinham acabado há uma década e meia. Portanto, deixemos de conversa. Eu já não me emociono com declarações de candidatos a deputados. Muito menos de candidatos a primeiro-ministro.

Vocês falaram de dois, mas nós temos também o Dr. André Ventura, candidato a primeiro-ministro, a doutora Mortágua, portanto é uma fartura de candidatos a primeiro-ministro. Deixemos é de conversa. Eu tive pena porque o Bloco de Esquerda disse que ia apresentar uma proposta de lei para acabar com os 3 pórtricos da A25, onde é que está a proposta e a lei? Nem sequer inscrita foi. Não conseguiu sequer que se inscrevesse em agendamento, que como sabemos é concertado entre o Sr. Presidente da Assembleia da República e a conferência de líderes. Nem se conseguiu concertar o agendamento. O Senhor primeiro-ministro, na sua condição de líder do PSD, disse há dias uma coisa que eu já sabia, porque me disse a mim em janeiro e que a tornei pública com autorização dele. Estou a estudar a questão de Aveiro ao mesmo tempo que estou a estudar situações similares noutra zona do país, porque obviamente sou Primeiro-ministro do país e não posso resolver só a questão de Aveiro, tem que resolver outras questões. Nestas alturas eleitorais, olhem, deixem passar. Façamos nós o apoio a quem bem entender, deixem lá passar as promessas eleitorais porque não servem para nada e, depois, seja junto do Governo do país, seja junto do Parlamento, dependendo obviamente de onde é que fica a capacidade legal e política de acabar com esta ridícula situação que temos em Aveiro, seja na A25 mais ridículo, seja na A17, como ainda agora o referenciou o Manuel Prior. Depois obviamente tratemos da questão como todos queremos. Mais esta vez em que toda a gente volta a estar de acordo, mas não é muito importante o acordo até 18 de Maio, o que é mesmo importante é o que vão fazer os eleitos e os governantes a partir do 19 de Maio. As outras questões tratarei no ponto terceiro da ordem de trabalhos. Muito obrigado.”

Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta de afetação de parcela remanescente da operação urbanística “Loteamento das Agradas do Norte” ao Domínio Público Municipal.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/03/2025, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra⁰²⁰ ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²¹

“Senhor Presidente muito simples. Trata-se de um loteamento antigo que deu azo a uma parcela remanescente que foi entregue à Câmara no âmbito da operação de loteamento, como domínio privado municipal. E recentemente surgiu uma empresa que comprou os 2

lotes edificáveis e que veio suscitar perante a Câmara uma questão que entendemos muito pertinente.

É que uma das 3 fachadas dos 2 prédios é exatamente aquela que é a mais nobre, que é a fachada virada para norte/poente, para o Salgado norte aveirense como lhe vamos chamando, de acordo com o loteamento, por força dos 2 prédios estarem contíguos a esta parcela do domínio privado municipal, têm que ter parede cega, não podem abrir vãos. Suscitada a questão, nós entendemo-la como obviamente pertinente. Porque um prédio de 6 pisos com uma fachada cega, numa fachada onde não se vai encostar nenhuma edificação, porque o nosso terreno está referenciado nesse loteamento e no próprio Estudo Urbanístico das Agradas como espaço verde, obviamente que não faz qualquer sentido termos estas 2 fachadas sem vãos.

E, portanto, é aquele procedimento administrativo que é muito simples. Enfim, é tudo isto obviamente excessivo, tanto trabalho levar à Câmara e à Assembleia Municipal de uma coisa tão banal, mas é assim que a lei do país está. E, portanto, precisamos de transitar essa condição jurídica do terreno de domínio privado para domínio público municipal, para que o projeto possa entrar com vãos nas 2 fachadas e nós possamos licenciar os 2 prédios que, além da beleza urbana que podem ter nas outras 3 fachadas, nesta que é a sua mais nobre também podem ter, porque podem abrir vãos para um terreno que temos de uso é exatamente o mesmo, não muda nada. Espaço verde público, jardim público, mas por passar a ser domínio público municipal já pode ter abertura de vãos, continuando a ser domínio privado municipal não pode ter abertura de vãos.

Portanto é esta a condição, foi esta esta a circunstância que motivou a nossa chamada de atenção, porque, obviamente, não havendo este procedimento, não tínhamos consciência desta situação. E, portanto, suscitada a questão a Câmara Municipal aprovou. Vem à Assembleia Municipal com a proposta e aprovação apenas para conseguirmos que as 2 edificações que vamos aprovar em sede de projeto e depois licenciar e emitir alvará de construção, possam ter qualidade na sua fachada principal, que não sendo a principal porque não tem frente para o arruamento público, mas é a principal em termos de fruição paisagística, possa cumprir esta boa função.

Manda a lei que assim seja. Esta é competência da Assembleia Municipal e por isso a proposta está agendada nesta nossa ordem de trabalhos. Estou ao dispor para qualquer questão que entendam por bem.”

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²³

“Apenas uma ressalva. Aquele espaço que no futuro será um Jardim, não é, naquela zona, é já um espaço de passagem de muitos cidadãos para a Escola das Agradas, não é, e que todo esse projeto que seja pensado ali para aquele local também tenha já, digamos, isto, digamos, incorporado. Que seja um espaço onde a acessibilidade não é, seja feito e, portanto, se é que tem, para quem ali, digamos, todos os dias passa para levar, digamos, as crianças. Era essa a essa questão que nós colocávamos, que achamos que seria importante, já para o futuro. Disse.”

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁴

“Na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes, e também todos aqueles que nos estão a ouvir e a acompanhar nesta assembleia. Eu sobre esta matéria. Primeiro, congratulo-me de finalmente haver uma área para se fazer um jardim. Acho que é uma boa ideia. Mas eu gostaria que me explicasse, os meus conhecimentos sobre esta área são

relativamente pequenos é que, por um lado, fala-se aqui 1.338,30 m² de desafetação, que a parcela remanescente, mas depois no aqui no final da proposta, diz que há uma desafetação de uma parcela de 366,70 metros quadrados sem capacidade construtiva autónoma, face à sua configuração para futura operação urbanística a poente!? Eu gostava que me conseguisse explicar o porquê desta razão, desde já antecipando que o Partido Socialista votará favoravelmente.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁵

“A bancada do PSD concorda com a proposta do executivo votará favoravelmente a mesma, tanto mais que ela, essa parcela de terreno será mais uma zona verde para usufruto público.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁶

“Obrigado Senhor Presidente. Nuno Teixeira obviamente sim. A nota é absolutamente pertinente. Portanto aquele espaço verde tem que ter um circuito pedonal. Aliás, como sabemos, os espaços verdes em regra têm circuitos pedonais e aquele que tem que ter por força dessa importância, dessa ligação para, nomeadamente, para o acesso ao jardim de infância e à escola das Barrocas.

Ana Maria qual é a questão. Os 1.338 metros, nós ali temos os terrenos imediatamente a poente deste terreno, tem uma operação urbanística muito complexa. Dos maiores problemas desta natureza que nós temos na Câmara, que ainda nem não conseguimos resolver.

E o que é que se passa? Dentro dessa lógica do velho estudo urbanístico das Barrocas, dum loteamento municipal parcial, há estes 1.338 metros que são espaço verde, não têm condicionalismo nenhum em relação ao que se passa, com a implantação destes 2 prédios e desta zona do tal espaço verde agregado, contíguo à tal fachada destes 2 prédios. E depois a nossa parcela que é domínio, que é atualmente domínio privado e que agora pela proposta passa a domínio público tem mais 300 metros quadrados, mas esses a sua função num futuro, estão envolvidos com a tal outra operação com muitos problemas, que nós ainda não conseguimos resolver, e que está imediatamente a poente. E, portanto, é contígua à parcela dos 1300 metros, ela mesma contígua às parcelas de edificação dos dois prédios.

Portanto, julgo que me fiz entender. Portanto a ambiência do estudo urbanístico é a mesma, mas em termos de envolvimento em processo os 1.300 que envolvem com estes 2 prédios, essa tal outra parcela nossa dos 300 metros envolve-se com um outro processo. Quem sabe se conseguiremos ainda resolver o problema, que é em si mesmo uma coisa muito complexa, que envolve litígios entre proprietários e eventuais proprietários, que nos tem dado muito trabalho, a ver se nós conseguimos ainda resolver o problema e dar também resposta clara ao uso e à função dessa tal parcela dos 300 metros quadrados. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰²⁷ o Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta de afetação de parcela remanescente da operação urbanística “Loteamento das Agradas do Norte” ao Domínio Público Municipal, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS6+PAN2), três abstenções (BE2+PCP1), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto

Ponto 2 – Apreciação e votação da 2ª Revisão Orçamental.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 11/04/2025, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra⁰²⁸ ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁹

“Esta Revisão Orçamental tem a ver com o facto de ao terceiro concurso termos várias propostas para adjudicar a obra do pavilhão desportivo oficina junto ao Estádio Municipal de Aveiro. E, portanto, temos capacidade de contratar. Temos possibilidade de contratar melhor dito. Estamos a terminar o relatório preliminar que é sujeito, como manda os procedimentos, a audiência prévia dos interessados. E, enfim, não prevejo que haja grande discussão em relação à escolha da adjudicação, mas pronto, teremos que analisar a respostas para depois fazer relatório final, ir à Câmara e adjudicar. Esse contrato depois de assinado tem de ser enviado para visto prévio obrigatório, porque como nos lembramos todos bem, esse investimento não é financiado por fundos comunitários e, portanto, é obrigatório visto prévio, não há visto sucessivo.

E, portanto, o que é que estamos aqui a fazer, estamos a ajustar os famosos plurianuais, aquela burocracia que temos que cumprir, para em princípio, se tudo correr bem, na próxima reunião de Câmara do dia 24 de Abril ou se tivermos alguma reclamação, na reunião de Câmara do dia 8 de Maio, podermos adjudicar esta obra já com os plurianuais certinhos, para que quando o processo depois vai a Tribunal de Contas esteja tudo, enfim, devidamente compatibilizado e não termos questões a esse nível, pelo menos na relação de tramitação de visto com o Tribunal de Contas.

Portanto este é o motivo que nos leva a elaborar esta Revisão. Entretanto, entendemos duas coisas. Primeiro que fazia todo o sentido aproveitá-la para que outros 5 objetivos tivessem também ajustamentos de verbas, na sua relação plurianual porque são operações que estão a ser ultimadas para lançamento de concurso público da obra nas próximas reuniões de Câmara. São elas a EB 2/3 São Bernardo ampliação e qualificação, aí estão as ampliações e as qualificações das Escolas e jardim de infância da Alumieira, das Leirinhas e de Sarrazola, e está também o edifício do mercado, da piscina, profunda requalificação, porque não o dizer, vamos construir uma coisa nova, e também o novo edifício de mercado de Cacia.

Portanto não é o motivo. O motivo é o Pavilhão Desportivo junto ao estado municipal, mas como estamos também muito próximos de lançar esses concursos, que obviamente como sabeis, estão no Plano e Orçamento, as Escolas estão na Carta Educativa, etc, etc.

Enfim, valia a pena aproveitar esta Revisão e não estar daqui a bocado numa outra, a voltar, porque tínhamos que voltar sempre à Assembleia para fazer o tal ajustamento do planeamento financeiro para garantir o visto do Tribunal de Contas.

Portanto é este o quadro em que nós estamos. Entretanto, também foi notícia na Câmara e também na Assembleia Municipal, embora já seja público, chegou o Visto para o Empréstimo de médio longo prazo, que aqui aprovámos.

O visto ao contrato, obviamente, com o Banco Montepio, que ganhou procedimento. E, portanto, estamos agora também a trabalhar chegado o visto, que financia maioritariamente, melhor o empréstimo é que financia, não é o visto, esta operação do Pavilhão.

Estamos também agora a fazer a revisão da afetação das verbas não definidas para definidas, por força do exercício do visto, que eventualmente, que eventualmente, poderão motivar uma terceira revisão orçamental.

Esta matéria que acabei de dizer, não tem nada a ver com a segunda revisão, mas, enfim, obviamente não faria sentido que, tendo chegado o visto no dia a seguir a termos fechado a revisão orçamental, que não partilhasse com a Assembleia Municipal essa circunstância, até porque lembram-se todos muito bem, tínhamos interrogações objetivas e pertinentes àquela que viria a ser a decisão do Tribunal de Contas. A decisão foi visar, obviamente, estamos satisfeitos com isso como é lógico, não era exatamente à procura de um chumbo que estávamos, era à procura de um visto e, portanto, apenas informar-vos dessa matéria. Portanto este é o quadro em que temos esta segunda revisão orçamental. No fundo, para cumprir o Plano e Orçamento e a Carta Educativa, porque os outros objetivos, 4 dos outros 5 objetivos são Escolas e, obviamente, cumprimos esses preceitos, preparando o documento orçamental para termos o cabimento devidamente cuidado para que possamos lançar os concursos, criando as condições para que a devida adjudicação tenha visto no Tribunal de Contas.

Se entretanto, não tivermos visto prévio, se entretanto não tivermos os contratos de financiamento com os Fundos Comunitários aprovados, qualquer uma das 4 obras das Escolas são financiadas ou financiáveis, porque ainda nenhuma tem contrato assinado, apenas tem enquadramento contratual, mas obviamente que tendo ou não tendo, o quadro orçamental tem que estar preparado para nós podermos dar seguimento aos procedimentos de lançamento de concurso que tem que ter o cabimento e de adjudicação. Adjudicando podemos assinar contrato e receber o visto prévio ou se elas forem financiadas por fundos comunitários com contrato assinado teremos o chamado visto sucessivo. Mas para termos visto sucessivo, as matérias do cabimento também têm que estar devidamente tratadas.

Portanto é neste quadro que a proposta vem à Assembleia Municipal, estarei ao dispor para qualquer questão que entendam por bem.”

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Só colocar uma questão. Em relação à 2ª parte da proposta, com a revisão, de prestação de serviços, questionar o porquê e a quem se destina, digamos, essa revisão proposta. Disse.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Obrigado pelas explicações Senhor Presidente Ribau Esteves, mas a questão aqui é que esta revisão orçamental, obviamente está ligada ao Orçamento original que foi votado. E nesse ponto de vista, esta proposta não muda praticamente nada aquilo que são as prioridades desse Orçamento. E, portanto, seria incoerente se o Bloco de Esquerda acompanhasse esta proposta.

No entanto, deixar claro, que se o que estivesse aqui em causa fosse a votação peça a peça de que cada uma das requalificações das Escolas, de Sarrazola, de São Bernardo, o mercado de Cacia, etc, certamente teria unanimidade aqui na votação e o Bloco de Esquerda acompanharia essa proposta. Infelizmente, não é assim que estas coisas funcionam e, portanto, nós não vamos validar com uma aprovação aquilo que é um Orçamento que do nosso ponto de vista é errado, porque não atua naquilo que são as principais questões que o município enfrenta, nomeadamente a habitação, a mobilidade, etc. Esta revisão não altera em nada esses pressupostos e, portanto, não poderemos acompanhar a proposta da Câmara.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

“Senhor Presidente, apenas para dizer que estamos de acordo com esta proposta. Ela resulta do condicionalismo legal e, portanto, não há qualquer razão para não votarmos favoravelmente.”

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰³⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente. Um bocadinho neste sentido, mas com uma dúvida que se calhar o Senhor Presidente pode clarificar. Já chegou visto do empréstimo. Pois muito bem, sim senhor. O visto condiciona a utilização da verba do empréstimo especificamente para a execução do Pavilhão? É a pergunta que faço. Ou o Senhor Presidente pode dispor do dinheiro para fazer outra coisa que esteja naturalmente cabimentada no orçamento.

A segunda realmente tem a ver, a mim custa-me um bocadinho que dizer, o Senhor Presidente ainda tem 6 meses mandato. E o Senhor Presidente dirá, era só o que faltava estarem a condicionar a minha legitimidade. Foi eleito para isso, todos os dias da deste mandato. E eu dou isso como garantido. E concordo com o senhor Presidente. Que funcionará para si e também para quem vier no futuro etc. e foi como funcionou para trás.

Mas uma obra que eu acho que vai custar qualquer coisa a rondar os 20 a 25 milhões de euros, que é o que vai acabar por ficar o Pavilhão e que, na perspetiva, de que já estamos tão próximos, estar condicionado o empréstimo de 20 milhões em relação a isso, parecer-me-ia sensato o Senhor Presidente naturalmente terá toda a legitimidade, mas não queria de lhe deixar isto, fico de alguma maneira triste, porque acho que este processo poderia ficar, se calhar vai ficar à espera do visto também para a adjudicação da obra se o Tribunal de Contas tiver a curiosidade, normalmente tem, se calhar não vem antes disso, não sei. Mas parece-me a mim, de alguma forma que se poderia ter aguardado em relação a esta matéria e tenho pena.

Naturalmente a votação do Partido Socialista será em consonância do ponto de vista político, será em consonância com o que foi em relação ao Orçamento em geral. Nós não concordamos com as opções do senhor presidente e, portanto, em relação a esta alteração orçamental, em coerência, procederemos da mesma forma.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰³⁶

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

“Senhor Presidente, neste ponto apenas para dizer que estamos em fase de uma revisão de orçamento de obras que vão para lá de outubro. Claramente que vão. Mas é muito diferente. Agora vão obras para lá de outubro com o financiamento garantido.

No passado que é que nós tivemos? Obras chutadas para a frente, que levavam dívidas atrás, que acumulavam mais dívida, porque não tinham um plano de financiamento. É muito diferente do que estamos aqui a analisar.

Hoje estamos a analisar um Empréstimo que foi validado par este fim. Nós neste momento estamos com um rácio de dívida de 0.79%. Já foi de 3.42%.

Há quem diga que isto até acaba por ser uma má gestão ter um rácio tão baixo. Sim, estamos a falar de empréstimos para investimos. Não estamos a falar de empréstimo para renovação de dívida que não era para pagar. Aqui não é nada disso. Aqui é empréstimo para financiamento de obras.

Por isso vão ficar obras umas começadas outras lançadas, mas todas elas com financiamento garantido. Esta Câmara mantém aquilo que veio naquela auditoria interna no ano passado e que o Senhor Presidente fala mais à frente, mantém o pagamento a fornecedores a 6 dias.

Eu acredito que isto no Partido Socialista crie algum incómodo. Pagamentos a fornecedores a 6 dias! Onde é que isso existe no passado? Existiram obras que ficaram para os outros pagarem, dívidas de lançamentos de obras. Como por exemplo o pavilhão que queriam fazer ao pé do Galitos, o tal pavilhão grande, não havia dinheiro nem para o projeto quanto mais para fazer a obra.

Agora não. Agora há dinheiro e as obras ficam financiadas, lançadas, iniciadas e cabimentadas. Esta é uma grande diferença. E para que é que serve este dinheiro. Quer dizer, faz-se a revisão ou não se faz? Acabam-se as Escolas ou não se acabam? Faz-se a Piscina de São Jacinto ou não se faz? O Mercado de Santiago faz-se ou não se faz? Paramos tudo e não se faz mais nada e sentamo-nos à espera que chegue outubro para que possa vir alguém decidir. Não, nós vamos trabalhar até ao último dia e deixamos as obras projetadas, lançadas, em curso, mas com financiamento e com um rácio de dívida municipal que nada nos 0.79% e com pagamento a fornecedores a 6 dias. É isso que nós queremos deixar até ao fim.”

(Entretanto saiu da sala o Presidente de Junta Fernando Tavares Marques)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

“Senhor Presidente muito obrigado. Muito obrigado a todos. Nuno Teixeira peço desculpa, mas eu não percebi a sua intervenção. Se calhar também não percebeu, mas enfim, eu não percebi o que disse. Aqui não está em causa nenhuma prestação de serviços! Está a preparação de condições orçamentais para lançarmos procedimentos de concurso de obra. Nuno Teixeira eu não percebi a sua intervenção e, portanto, peço desculpa, mas aqui não está em causa a prestação de serviços de coisa nenhuma. Está em causa, a adaptação do Orçamento da sua distribuição previsional plurianual, para criarmos condições de cabimento orçamental para lançamento dos concursos e posterior adjudicação.

O João Moniz disse o óbvio. Quem é contra o Orçamento é contra esta revisão, como é evidente. Mas não passa nada em termos de opções políticas. Elas são exatissimamente as mesmas. É um mero ajustamento administrativo. Eu repito, já disse isso tantas vezes aqui. Olhe, mais uma. É ridículo que um país dê este trabalho todo a um executivo e a um deliberativo, por causa de um ajustamento orçamental. Mas pronto, a lei é assim e nós temos que cumprir o procedimento. Isto não serve para nada porque não há nenhuma discussão política para fazer, porque ela está feita. Há um mero exercício administrativo de ajustar verbas que nem sequer são, vejam bem isto, as de 2025. São para os anos seguintes, mas pronto, o nosso legislador deleita-se por nos ver a consumir tempo que não serve rigorosamente para nada a não ser cumprir burocracia como aquilo que estamos aqui a fazer. As opções políticas são as mesmas. Quem foi contra o Orçamento, como foi o Bloco, vai continuar a ser contra e fazem muito bem, porque obviamente, temos essas diferenças tão marcadas como todos gostamos tanto de as ter.

Obviamente que aquilo que disse o Jorge Gonçalves é que vai para o campo do absurdo. Aliás o Jorge é especialista em absurdos. Qual é a questão aqui. 6 meses são 12,5% do tempo do mandato. O Partido Socialista tem um candidato no terreno há 3 anos a dizer mal daquilo que bem entende. Já viram o que era o Senhor Presidente da Câmara estar condicionado a uma opinião de um candidato que tem tanta legitimidade para o ser como tantos outros.

Eu não sou bruxo, nem me meto a adivinhar resultados eleitorais. Já temos agora 3 ou 4 candidatos, daqui a bocado temos uns 7 ou 8. Estão a ver a minha vida se agora tivesse de

ter reuniões com os 7 ou 8 para perguntar aos 7 ou 8 que é que acham fazermos isto ou aquilo! Com certeza absoluta que nunca conseguia ter dos 7 ou 8 uma resposta consonante. Conclusão. O mandato não servia para nada, porque eu tinha que andar a ouvir candidatos e a fazer a sua vontade. E, portanto, a política de quem é razoável, não é feita assim.

O Partido que vier a ganhar as eleições, quer pôr no seu programa ou quer esconder no seu programa, quer chegar à Câmara e fazer um grande concurso público de demolições de tudo aquilo que foi feito no mandato anterior, tem todo o direito, tem todo o direito de demolir tudo e fazer o que bem entender, tem todo o direito democrático.

Era bom que o pusesse no programa, mas mesmo que não o ponha. Bem sabemos que uma das nossas doenças da nossa democracia é os políticos dizerem uma coisa e fazerem outra. O que não é a doença da gestão da Câmara Municipal de Aveiro dos últimos 12 anos. Aqui a gente diz uma coisa e faz a mesmíssima coisa que disse. E, portanto, é um absurdo completo aquilo que disse o Jorge Gonçalves. Até se podem dar e eu espero bem que não se deem, as voltas da vida, não é. O Partido Socialista se ganhar as eleições, como espero que não aconteça, pode vir acabar de pagar o empréstimo do FAM que nós contraímos para pagar a miséria de gestão financeira que teve quando saiu daqui há 20 anos. Veja lá as voltas da vida. Porque temos um empréstimo que ainda tem uns anos para ser pago, que contraímos por causa da desgraçada gestão do Partido Socialista. Veja lá as voltas da vida. O que é que diriam se tivessem perguntado aos candidatos sucessores do Doutor Alberto Souto, o que é que eles queriam fazer com a dívida? Não imaginariam eles o queriam fazer muito menos o próprio de há 20 anos, vir a correr o risco de vir acabar de pagar a miséria de gestão que teve na Câmara. É as voltas da vida da gestão da democracia.

Isto nas ditaduras é um bocado mais simples, porque a rapaziada sabe sempre quem é o seguinte e, portanto, não há este tipo de problemáticas. Como é que se vive a democracia? Vive-se com tranquilidade e responsabilidade nos mandatos do primeiro ao último dia, cumprindo (e essa é a nossa marca de água que não abrimos mão dela) o compromisso que assumimos com os nossos concidadãos.

Quem vem a seguir concorda e quer dar seguimento faz muito bem. Quem vem a seguir, discorda, quer partir com tudo, faz muito bem e faz muito bem em nome da democracia. Eu obviamente concordarei se der seguimento, discordei se partir com tudo. Mas em termos democráticos tenho que dizer faz muito bem, porque se cumpre a vontade da democracia, dos cidadãos que elegem numa democracia representativa em que elegemos quem nos representa para governar.

Portanto este é o preceito normalíssimo da vida. Não estamos a inventar nada. Estamos a cumprir Plano e Orçamento, legitimamente aprovados na componente política legal. Estamos a cumprir a Carta Educativa, aprovada aqui por toda a gente, há muito tempo. Estamos a executar fundos comunitários que negociámos e contratámos e, como bem disse, o Manuel Prior, tranquilos. Às vezes há por aí socialistas que dizem, não a Câmara está muito bem financeiramente, mas o Ribau vai deixá-la uma tragédia.

Vocês vão vendo, ato formal, a ato formal, que tudo isso é a mais redonda ou quadrada mentira socialista, porque estamos a garantir a sustentabilidade absoluta. O que é que diriam vocês se o empréstimo que foi agora visado pelo Tribunal de Contas tivesse sido chumbado e nós fôssemos adjudicar na mesma a obra, porque temos condição financeira para o fazer. O que é que diriam? Aí sim, tragédia. Maus gestores. Enfim. Mas não. Toda a gente que é candidato, que se arrisca para ser candidato ca assumir a gestão do nosso município, seja no órgão executivo, seja no órgão deliberativo, tem uma certeza absoluta de encontrar uma câmara gerida com rigor, com estabilidade financeira, com imensos compromissos, imensos compromissos. Já lá vamos ao ponto primeiro da informação municipal, mas a garantia absoluta que todos os compromissos estão validados politicamente por quem manda, que são os cidadãos, não inventámos nada. Vocês podem dizer o Senhor

Presidente pôs aqui central da água a ferver no meio da Ria e isso não está no seu programa eleitoral, portanto é grave. Não têm um único exemplo dessa tipologia.

Portanto é nessa ambiência de verdade política, de sustentabilidade política e financeira, que temos governado e que vamos continuar a governar. E é tão bom isso para quem põe na sua cabeça e nos seus objetivos políticos e de vida, poder ser meu sucessor, porque não vai ter as dores de barriga, os cabelos brancos que eu tive que ter, para curar as patologias da má gestão do Presidente Élio Maia e da péssima gestão do Presidente Alberto Souto.

Portanto é neste quadro de tranquila operação que nós vivemos e que os candidatos que já conhecemos e os que ainda não conhecemos, mas que aparecerão, enfim, ainda há muito tempo para apresentar candidatos que se têm e que temos pela frente. E, portanto, esta é a abordagem objetiva sobre esta matéria.

Pedro Pires da Rosa se percebi bem a questão que colocou, nós não podemos mudar a função, o objetivo, do empréstimo que foi agora visado. O que lá está é imutável. A regra da contratação do empréstimo, para investimento, como o Manuel Prior bem lembrou, é para financiar as 2 obras. Nós não podemos dizer eh pá, não, não é para estas 2 e para a terceira ou para a quarta, isso não é possível. É o Pavilhão e a obra de reabilitação do Estádio Municipal Mário Duarte com uma pequena dotação. A maior parte da dotação é para o Pavilhão. Nós não podemos! A Câmara vai dizer, olhe vamos supor que o terceiro concurso focava deserto e que nos obviamente não íamos lançar neste mandato um quarto concurso. O empréstimo tínhamos que desistir dele ou fazer alguma coisa, porque aquele empréstimo já não podia ser usado naquela parte que é a esmagadora maioria do valor. Portanto os empréstimos para investimento têm que vir à câmara e à assembleia como veio, com a definição rigorosa do seu objetivo. Se o objetivo for alterado o empréstimo morreu e nós caímos num procedimento de ilegalidade. Portanto está visado o empréstimo para cumprir aquela função e não qualquer outra. Depois, em segunda intervenção poder-me-á dizer mais algo que se eu não percebi bem a sua intervenção, porque quero ser rigoroso na resposta.

Portanto queria reiterar esta nota e agradecer ao Bruno e ao Manuel Prior aquilo que disseram, para deixar claro que tudo aquilo que estamos a fazer, naquilo que são obras em execução, naquilo que são obras em procedimento de concursos em fase final ou em fase inicial, ou projeto desenvolvimento têm todas sustentabilidade financeira.

Apenas corrigir o manuel Prior, uma vez que diz que as nossas obras para lá de outubro têm todos sustentabilidade financeira e noutro tempo não era assim.

Não, no outro tempo não eram as obras para lá de Outubro que não tinham dinheiro. Era as obras para trás de Outubro que não tinham dinheiro, que é uma coisa bem mais grave e de uma incompetência básica. Não eram as que vinham para a frente eram as que estavam para trás. Muitas delas inauguradas com pompa e circunstância, mas pagas está ó maria, fomos nós que tivemos que pagar e no quadro da análise lata do empréstimo do fundo de apoio municipal ainda estamos a acabar de pagar. Não há comparação de género nenhum. Porque nós estamos a garantir operações que vão ter vida em 2026 nomeadamente, e que têm garantia absoluta e formal de sustentabilidade financeira.

O que se passava na altura é que não havia sustentabilidade nem para as que estavam para trás feitas, quanto mais para aquelas que se deixaram para a frente.

E, portanto, deixar esta nota, que esta revisão orçamental, neste quadro das 6 operações que a envolvem, têm esta condição meramente administrativa. Politicamente não há novidade como já dissemos e agora estou a repetir, apenas é ajustar o instrumento de gestão para cabimentarmos bem o lançamento do concurso, cabimentarmos obviamente bem a adjudicação e podemos vir a ter os vistos, sejam eles prévios ou sejam eles sucessivos.

É neste quadro que estamos a trabalhar e a câmara já praticou o ato que a assembleia municipal vai praticar. É mais uma prova que aqui fica formalizada, documentada, que essa sustentabilidade está absolutamente garantida. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP)⁰⁴⁰

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰⁴¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴²

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁴³

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴⁴

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁶ o Ponto 2 – Apreciação e votação da 2ª Revisão Orçamental, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor (PSD17+CDS5+PPM1), três abstenções (CH1+PAN2), e nove votos contra (PS6+BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 25FEV25 a 10ABR25.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁴⁷ ao Presidente da Câmara para apresentação do documento sobre a Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

“Senhor Presidente, também de forma objetiva e breve, partilhar uma nota de introdução à assembleia e ficar ao dispor para todas as questões, também para aquelas que assumi responder no quadro do período antes da ordem-do-dia, para deixar esta nota. Entendemos que este é um tempo político que faz sentido, enfim, já numa ambiência pré-eleitoral natural, mas, enfim, mesmo que assim não fosse, já o fizemos no mandato anterior, que é fazermos pontos de situação nesta dimensão em que politicamente é sempre importante e que financeiramente tem sempre um impacto muito relevante no quadro orçamental e na gestão financeira da Câmara, que são as obras. E, portanto, entendemos fazer aqui um ponto de situação naquele que é o quadro das operações desenvolvidas no atual mandato, naquele que é o quadro das operações que estão em curso atualmente, em curso em termos de obra, em concurso formal nas suas diferentes fases e em desenvolvimento de projeto numa lógica madura de apresentação de procedimentos a concurso proximamente.

E, portanto, é para todos termos a noção destas várias dimensões do trabalho que, no fundo se vai concretizando naquilo que é o desenvolvimento das operações que estão definidas no quadro das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de 2025. Na lógica, inevitável, como sempre temos falado aqui, da plurianualidade e, obviamente, num quadro de confirmação e de verificação. Ela está verificada, mas de confirmação do lançamento ou melhor, da relação desta operação em que se desenvolvem operações no terreno, essas são mais fácil porque estão aos olhos de todos, mas do lançamento de operações que têm vida formal e, obviamente, quer dizer vida orçamental, mas que não aparecem ainda aos nossos olhos, que obviamente são as tramitações que estão em concurso ou os projetos que estão em desenvolvimento e numa fase de capital importância no que respeita à gestão dos fundos comunitários. Temos, enfim, o país obviamente decidiu quem de direito ir para eleições legislativas antecipadas e, portanto, estas matérias naturalmente saíram da primeira linha da discussão política e, portanto, a discussão política atualmente, naturalmente, tem primazia

quase absoluta das eleições do próximo dia 18 de Maio e, portanto, saiu de cima da mesa uma matéria que continua a ter a mesma relevância e que temos que cuidar bem dela. Tem a ver com a Gestão dos Fundos Comunitários que não só do PRR.

E nós temos neste momento uma operação, essa já podem ver porque ela já está em execução, que é a Unidade de Cuidados Primários de Saúde, em Nossa Senhora de Fátima. É a nossa única operação em obra financiada pelo PRR. Pronto, tem uma pressão de cronograma, mas que estamos bem dentro daquilo que são os limites de execução do PRR, e dentro de pouco tempo, espero que nos corram bem as últimas diligências que estão em desenvolvimento, podemos estar a lançar um concurso de uma importantíssima obra que vai ser uma estrada nacional, mas que tem sido duro trabalho, projeto, vai ser o concurso lançado e esperemos que corra bem o concurso para poder começar a ser obra, que é dum agrupamento de entidades adjudicantes, as câmaras municipais de Aveiro e de Águeda, que é o eixo rodoviário Aveiro/Águeda.

Essa obra que agora já tem um conforto maior naquilo que respeita à sua sustentabilidade financeira total, por força da Resolução de Conselho de Ministros recentemente tomada e publicada em Diário da República que, no fundo, garante a cobertura de Orçamento do Estado da componente que não for possível financiar pelo contrato que temos assinado com o PRR.

Obviamente que nós já tínhamos esse enquadramento anterior, feito pelo Governo anterior, mas ele não era suficientemente denso em termos legais para nós podermos lançar concurso da obra e é nessa antecâmara que estamos. Espero que com uma convicção muito alta de que as coisas correram bem, nas próximas semanas se acabem de reunir as condições para que as 2 câmaras municipais possam lançar esse concurso.

Temos falado muito disto, tem-se falado pouco da primeira etapa de corte, assim chamada, do Portugal 20/30. A primeira etapa de corte do Portugal 20/30 é 31DEZ2025.

E, portanto, vamos ter uma avaliação intercalar, temos um objetivo de execução, se esse objetivo de execução não for cumprido, o país tem a primeira devolução de recursos financeiros para fazer à Comissão Europeia. O que é que estamos todos a gerir, nomeadamente as câmaras, que como a nossa, que tem muito mais obras em curso e projetos em desenvolvimento do que obras financiadas é manter esse jogo, jogado com intensidade, porque a probabilidade de ainda em 2025, seja o Governo qual for, nós podermos acrescentar às dotações de Portugal 20/30, que já temos contratadas, mais dotações.

Vamos tornar público um destes dias os números do Portugal 20/20. O quanto é diferente para muito maior o valor que nós conseguimos conquistar no fim da execução (e só vamos fazer isto em relação ao Centro 20/20 ao Programa Operacional Regional), o valor do fim em relação ao valor que contratámos no início. E porque é que os valores estão com uma distância tão grande um do outro. Obviamente muito maior o da chegada, o final, do que o dos contratos iniciais? Porque fizemos este exercício. E aquilo que hoje estamos a viver para quem está basicamente atento ao processo, para quem gere isto com intensidade e para quem procura maximizar, a fonte de receita importantíssima que são os fundos comunitários, estamos a fazer exatamente a mesma coisa.

Preparar a Câmara para que ela já na primeira etapa de corte que é em 2025 e é só bom lembrar que há etapa de corte, uma por ano, até ao final do quadro — e obviamente não é no ano do último quadro que é em 2029. Mas mesmo no final do quadro e sabemos bem o que aconteceu no 20/20, ainda há a chamada “rapa-o-tacho” que nós dizemos na gíria, que é a redistribuição de verbas finais para quem tem capacidade de absorção. E a única coisa que estamos a fazer, e este ponto 1 é muito importante para toda a gente perceber a estratégia no que respeita a obras, porque há outras dimensões. Há bocado falámos numa a do Aveiro Tech City e da escola Ciência Viva, que também vão buscar fundos comunitários, mas pronto, são sempre as obras que vão buscar a fatia maior.

E percebermos bem o exercício que estamos a fazer e que hoje não são muitas câmaras em Portugal que o estão a fazer. Há concorrência do PRR. Obviamente que as Câmaras e qualquer instituição não tem capacidade nem financeira, nem técnica, de ir buscar muito dinheiro a todas as fontes. Todos nós, todas as instituições públicas e privadas têm limites de capacidade de carga, enfim, financeira e técnica. Mas nós até esgotarmos o nosso limite estamos em jogo.

E, portanto, além de uma nota de balanço, porque entendemos que é o tempo, porque não é na assembleia ordinária de Junho que vamos ter, aí já não é o tempo deste tipo de abordagem para deixarmos essa fotografia feita obviamente com verdade, com realismo. E dar a entender melhor nesta fase, a estratégia de gestão dos fundos comunitários, nomeadamente aquele que é o pacote principal que neste momento jogamos, que é o chamado Portugal de 20/30 e dentro do Portugal 20/30, aquele que é o programa a que somos mais candidatos, que é o Programa Regional Centro 20/30.

Portanto é muito importante esta operação. É muito importante este exercício para que nós possamos ganhar essa posição de conquista adicional de recursos financeiros à custa da capacidade que temos de ter outras receitas que, existindo, nos permitem colocarmo-nos em boa posição para irmos buscar mais aos Fundos Comunitários, do que aquilo que já temos no Contrato de Financiamento que está assinado.

Foi um tempo mais pequeno do que a informação da Atividade Municipal anterior, basicamente um mês e meio, mas que manteve este ritmo intenso, ativo, em várias frentes dos domínios da Atividade Municipal, mantendo obviamente a lógica e a intensidade de trabalho que implementámos desde o primeiro momento neste trio de mandatos e que, repito, vamos continuar a desenvolver até ao último dia do mandato. Condicionados obviamente pelo quadro legal que existe, nomeadamente na altura em que a limitação é mais forte, entre a eleição autárquica e a tomada de posse daqueles que vão ser os nossos sucessores na câmara e na assembleia municipal. Estarei obviamente ao dispor para as questões que entenderem por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [050](#)

“Temos algumas coisas aqui avulsas, podemos dizer. Começando, para questionar o Senhor Presidente em relação ao período, o arrastar sempre um conjunto de obras, não é. As obras na Avenida da República para quando a abertura, digamos, daquela zona da passagem de nível, que cria um conjunto de constrangimentos, não é. As próprias obras ali da zona do túnel na rua que depois se dirige à Avenida Lourenço Peixinho. Aparentemente, continua-se, digamos a arrastar, não é. Comecei, digamos, por isso. O Senhor Presidente colocou logo inicialmente esta visão de, digamos, a atividade municipal, digamos, bastante alargada, não é. Percebe-se bem aquelas 31 primeiras páginas, com um conjunto de obras, é a posição que o Senhor Presidente digamos coloca, é a sua forma de, digamos, de agir.

Não vamos nisso, teríamos outra postura digamos de apresentação. Colocaria também as questões aqui das acessibilidades, não é. Até porque na semana passada o movimento da Comissão de Utentes do Serviço Público teve mais um protesto sobre as questões das portagens na A17 e A29, não é, e colocando as questões dos pórticos de Angeja e junto ao estádio, não é, e como o Senhor Presidente disse, agora estamos todos realmente de acordo. E até colocava uma questão que acho que é minimizar as propostas que os diversos partidos apresentam, não é. Na sua campanha eleitoral, sabendo que há muitos que depois refugiando-se num conjunto de outras questões, não cumprem o que é colocado.

Mas para essa questão colocava, quando o PCP apresentou a proposta de abolição das portagens em 2019, PS, CDS e o PSD votaram contra e PAN absteve-se, na Assembleia da República.

Em 2023 a proposta contou com os votos contra de PS e PSD, com a abstenção de CH e do PAN. Em Maio de 2024, ainda há pouco tempo, votaram contra PSD, CH, IL, e CDS.

Agora vamos esperar que talvez em Maio de 2025, como disse, as coisas poderão, digamos, melhorar. Mas não acredito, porque a história assim nos ensinou. Disse.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵¹

“Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa aproveitar para cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha pelas vias digitais. No que é referido à Buga2, recordo que aguardamos a disponibilização dos dados estatísticos de utilização da Buga inaugurada em 2023 e requeridos já mais que uma vez, sendo a última, na Assembleia Municipal realizada em Oliveirinha. Recorde-se ainda que o Senhor Presidente assumiu publicamente a decisão de avançar com a disponibilização das bicicletas apesar de todas as dificuldades técnicas existentes na altura. Referiu também a questão, questionado sobre a hasta pública e os terrenos das Quintãs que ficaram sem oferta e cuja Câmara anunciou que dificilmente voltarão a outra hasta pública. Assim sendo, como pretende ou espera a Câmara Municipal rentabilizar este património ou como poderá ser disponibilizado ao público.

Aproveitar para lamentar o episódio da instalação do monumento da Universidade de Aveiro, na rotunda do ISCA, no passado dia 26 de Março, que gerou constrangimentos nos acessos à Cidade, ao Hospital e à Universidade, sem aviso prévio. O que levou a comunicado da Universidade que termina dizendo, tratou-se de uma operação de exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro, designadamente no que concerne à organização e condicionamento do trânsito das vias envolventes não tendo a Universidade de Aveiro tido qualquer conhecimento prévio pelas adequadas vias institucionais. Senhor Presidente, afinal, quem se esqueceu de avisar quem? Obrigado.”

Vogal Rui Faria (BE)⁰⁵²

Vogal Jorge Grenó (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵³

“Muito obrigado senhor Presidente, relativamente a este ponto e como habitualmente, a Atividade Municipal é extensa dado o período que decorreu. A primeira parte do documento serve bem para memória futura. Serve também para relembrar a algumas pessoas que andam por aí com ambições políticas do que é que se passou. Porque a amnesia tem sido grande e esquecem-se do que é que se fez.

Portanto acho que este documento seja distribuído e seja lido por algumas pessoas.

Mas hoje tenho aqui de 3 questões que gostava de deixar ao Senhor Presidente. A primeira tem a ver com esta última intervenção, dos dois mil e quinhentos locais de alojamento local existentes. Se a Câmara tem noção de quantas dessas, antes serem alojamento local, estavam habitadas e quantas estavam devolutas ou inabitáveis?

Depois duas questões rápidas para o Senhor Presidente. Uma já aqui trouxe provavelmente há mais de um ano, tem a ver com a questão dos topónimos da Rua de Viseu. Na altura, o Senhor Presidente disse-me que no final das obras iria ser revista a questão e como a obra está a acabar, lembrar que essa questão é importante, porque não é fácil para quem não conhece a zona, saber de que lado é que da Rua de Viseu e que tem de aceder.

Também outra questão de toponímia. Na freguesia Glória e Vera Cruz existem 2 ruas com o mesmo nome. Uma rua Doutor Francisco Vale Guimarães e a Avenida Doutor Francisco Vale Guimarães. Parece-me um absurdo e parece-me que é fácil resolver o problema, porque

na Avenida Doutor Francisco vale Guimarães só existe um número de polícia que é a bomba da BP. Portanto não seria difícil atribuir um outro topónimo a essa rua porque não vai causar o mesmo problema, que causaria trocar numa rua habitacional com não sei quantos números polícia. Portanto deixar esse alerta, parece-me que seria importante.

Outra questão que é referida no documento tem a ver com a questão do aterro sanitário. Há muitos anos falamos que Aveiro é prejudicado face aos outros 30 e tal concelhos da ERSUC., Recebemos há décadas lixo de todos os outros habitantes desses concelhos. Naturalmente que também todos por unanimidade estão contra a ampliação do aterro no nosso concelho e parece-me que a solução que começa a ser pensada finalmente a da incineração, parece-me que é uma solução que é usada nos países evoluídos, nomeadamente num país que às vezes é aqui tão citado por outras coisas, que a Áustria, que tem uma incineradora no centro da cidade de Viana e não consta que tenha causado problemas de saúde a quem lá habita. Porque hoje em dia a tecnologia evolui e os fumos não se atiram de qualquer forma para a atmosfera. São filtrados, são tratados, e é a solução mais eficaz e com vantagens depois do reaproveitamento da energia que resulta do processo de queima e, portanto, era bom que a ERSUC enveredasse por esse caminho como alternativa ao prejuízo que já causou concelho de Aveiro ao longo destas últimas décadas.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰⁵⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁵

“Comunicação Escrita. Bem Senhor Presidente, as coisas positivas. Saudar pela questão da adjudicação do prolongamento do canal de São Roque. Uma obra que a Cidade precisa, que tem visão, e que acho que toda a gente percebe isso. Queria deixar esta nota para não dizer, não lhe estar a aborrecer sempre com tudo. Há outras com certeza, mas, evidentemente, ninguém discorda de uma série de obras de infraestruturas que apresenta na Comunicação. São muitas é evidente.

Em relação ali da questão do Jorge Greno, porque no ponto 17 vem o recorde de recolha de lixo seletivo. E esse está bem e é de saudar. Mas depois é todo o lixo que não é seletivo e que vai para o aterro e que não é de saudar, não é de saudar. A culpa não é do Senhor Presidente. Eu lembro-me, eu lembro-me e é repartida pelos vários presidentes de Câmara. Mas lembro-me nos últimos anos do segundo mandato de Alberto Souto, já havia a questão de que ia ser só mais um alvéolo! Era só mais um alvéolo para o aterro depois a seguir encerrava-se e passava. O que era uma lógica que fazia sentido, solidariedade entre a região, de quem nós recebemos o lixo. Depois veio cluster do lixo. Hélio Maia apresentou o cluster do lixo. E lá foi para Eirol a grande central termodinâmica, sem sequer ter as infraestruturas, que só vieram muito mais tarde, os camiões a passar nos centros dos lugares, etc, etc. E nós já estamos fartos disto! O Senhor Presidente se calhar agora tem feito algum barulho sobre isto, mas não queria deixar de assinalar que já é tempo e penso que também concordará comigo, de isto passar para outro sítio qualquer. Já demos para este peditório e damos desde 1998 ou coisa do género. Já andamos há muitos anos, há 25 anos, seguramente, para este peditório.

Depois também para lembrar as lombas. O Senhor Presidente não respondeu na outra assembleia, esclareça-me lá isso, ainda vai a tempo de resolver, tem 6 meses. Diabo, isto é uma obra que não precisa de visto de Tribunal de Contas. É fazer aqui um jeitinho e resolve o problema das lombas. É que depois, tenho algum receio, que o próximo Presidente da Câmara, tenho até muito, que o próximo Presidente da Câmara seja uma réplica do que já tivemos, vai ser sempre uma réplica do que já tivemos é o que me parece. Depois eu explico-lhe lá fora.

Depois queria perguntar o que era aquela coisa (se calhar devia ter perguntado no período de antes da ordem do dia) estão a fazer-se umas obras no depósito de água na rua Mário sacramento, não sei bem o que é aquilo e queria que esclarecesse.

Depois em relação às obras do viaduto de Esgueira. Quer dizer, eu sempre achei que as obras na rua Senhor dos Milagres deviam ser a prioridade. Acho que podia ter feito a intervenção porque precisa mais do que aquela rua que fez a intervenção porque estava razoavelmente bem-feita, alcatroada, com verde, com separador central, etc.

O Senhor Presidente entendeu fazer ali a intervenção e deixou a outra, na lógica da questão da rotunda e da melhoria do espaço, depois com ligação a outra rotunda, sim senhor tem toda a legitimidade para isso.

Mas o que me preocupou sempre, desde que a obra começou, é que tem lá uma placa a dizer, as marcações serão colocadas em breve. Quer dizer, mesmo que não esteja completa a rotunda custa alguma coisa fazer as marcações no viaduto. É que quem vai, quem faz o sentido de Aveiro/Esgueira, depois há uma parte em que aparece o passeio, não é, e já vi, eu próprio já apanhei lá um susto, porque de repente a estrada estreita, e não está tão bem sinalizado. As vezes o sinal vai abaixo ou uma coisa do género e causa alguma insegurança. E a última, dizer-lhe o seguinte. Como é que é possível (e eu gosto é desta coisa do Aveiro Tech City) o Aveiro palavras bonitas, Tech palavra em inglês que é muito mais fino, não é, mas, por exemplo, o AveiroBus, enfim, eu sei que é concessionado, mas nós temos obrigação, como é que uma Cidade com capacidade tecnológica como Aveiro não tem um sistema de autocarros em que haja uma aplicação para se saber quanto é que um autocarro vai demorar? Dizer o autocarro está a 2 minutos ou vai demorar mais 5. Esta na rua X ou na rua Y. Isto hoje não custa nadinha, isto hoje não custa nada. Ó Senhor Eng., não custa nadinha e quando muito metia isso aqui nos duzentos e tal mil euros que está a gastar com a promoção do Tech City. Ou invente lá uma candidatura para por isto! Mas não faz sentido que uma cidade como a nossa não tenha isto. E, portanto, é sempre muito bonito os desideratos e as palavras, mas depois nem sempre depois temos a recetividade que é o da utilidade da tecnologia para o cidadão.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁵⁶

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰⁵⁷

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁸

“Mas uma vez vou-me referir um bocadinho ao que disse o líder da bancada, porque é mesmo agradável. Já em São Jacinto, um fez uma intervenção sobre a maneira como bancada se tinha referido, aquilo que um seu deputado falou sobre os bombeiros. Os bombeiros novos não estão em São Jacinto, vão à volta, demoram hora e meia. Eu alertei que o deputado que fez esse discurso, ou não sabia do que estava a falar o que lhe tinham dito para falar estava errado ou estava enganado. E foi exatamente isso que aconteceu. Ele ou não sabia ou não conhece nada do que é o Sistema Integrado de Emergência Médica, porque não funciona nada como ele disse. Por isso, o que ele disse não era verdade. E aqui agora há bocadinho voltou a falar. Eu sei que é desagradável falar nas faturas na caixa, mas era real. Senhor deputado era real. Eram faturas na caixa e era obras por lançar, porque os empreiteiros sabiam que se lançassem obra, se passassem a fatura, tinham de pagar o IVA sem receber a obra. Por isso, as faturas não tinham dado entrada. Por isso, as faturas não entravam e as que entravam iam para o caixote. Era assim, senhora deputada, isso é que era desagradável, mas era real.

Agora voltando ao tema, sobre a área Cultural, eu queria também dizer alguma coisa. E referir também uma coisa que os antecedentes não falaram, que é a Cultura Perto de Si, é as Prescrições Culturais. O Programa Prescrições Culturais, dedicadas aos Séniores, têm sido

feitas nas áreas da ULS de Aveiro, nomeadamente no nosso Hospital, também em Estarreja e já foi feito em Águeda e nalguns centros de saúde. Que é ir alguns momentos culturais organizados pela Câmara no tal projeto Prescrições Culturais, que são feitos, são realizados nestas unidades de saúde.

Isso tem corrido muito bem e muito bem é estarem sempre as salas cheias, não só com profissionais que vão lá, mas principalmente com utentes dessas unidades de saúde. Isso é também uma coisa na área cultural que é de realçar.

E queria também falar um bocadinho sobre a nossa Feira de Março, que ninguém falou e que tem sido um sucesso, desde que esta Câmara, desde que este executivo tomou conta da sua realização.

Ainda no sábado, vimos que até ultrapassou, se calhar, os níveis de afluência de pessoas que teve, mas é assim. A Feira de Março, está lá. Está lá para quem quer e até para os que não gostam ou criticam serve, está sempre cheia e tem sido um sucesso. E deixava aqui uma palavra para as pessoas lá irem mais vezes, principalmente os que dizem mal. Porque como não foram lá só têm essa cassete de dizer mal.”

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁹

“Muito obrigado, muito obrigado a todos. Nuno Teixeira, enfim, há sempre esta questão que é quantas obras estão em curso. O Partido Socialista acha que são muitas e o Partido Comunista acha que se arrastam, usando a sua palavra, porque eu não escolheria. Pronto, quer dizer, eu fico feliz com isso, não é. Porque se a conversa fosse não há obras neste ano, não se resolvem os problemas, isso sim seria altamente desagradável.

Portanto as obras são as obras. Há muitas operações e a Avenida Carlos Candal é uma delas. Em que aquilo parece uma estrada, mas não é. Porque, de facto, lembro, o maior susto que tivemos foi a Rua Zeca Afonso, parecia uma estrada, mas não era, porque uma estrada não é uma camada de betuminoso em cima de terra. Isso não é uma estrada, parece uma estrada. Uma estrada é uma infraestrutura que tem bases com um metro de altura, tem redes de vária natureza e que, no fim, tem estruturas de recolha de resíduos e depois tem a parte final do alcatrão. E, portanto, nós, nestas intervenções, muitas vezes o que está a fazer não é exatamente repavimentar, embora nós temos muitas obras de simples repavimentação, é na prática construir uma estrada à séria, no sítio onde estava. Uma coisa que parecia uma estrada a nós utilizadores, porque passamos lá de carro, mas tinha apenas uma camada de alcatrão.

E, portanto, o que está a acontecer na Carlos Candal, obra na reta final, segunda-feira são entregues os 8 postos de iluminação na estrutura nova de iluminação pública e ainda há um problema de fornecimento de fixação de data com a bateria de contentores que lá vai estar e, portanto, são operações normais, estão a correr bem, dentro dos prazos legais e, portanto, não passa nada.

É incómodo, é imensamente incómodo. Uma das minhas entradas proferidas na cidade é exatamente aquela e usando a Carlos Candal. Agora durante algum tempo não a posso usar. A obra está mesmo fechada, não se pode. Se quiser ver a obra encosto o carro e vou a pé.

Portanto não vale a pena, quer dizer. Andamos sempre nisto! O túnel de Esgueira, a rua de Viseu, é uma obra a correr muito bem, teve vários trabalhos suplementares, alguns envolveram projetos para resolver patologias. Terminada esta obra, qualquer dia vão lá ver uma nova, embora estamos com dificuldade de arranjar empresa, que é o restauro de todos os painéis de azulejo do túnel, porque entendemos que era melhor autonomizar a obra para adjudicar uma empresa da especialidade e não ao empreiteiro geral, que depois podíamos

correr o risco de ter um subempreiteiro que não fosse da especialidade. Portanto vamos fazê-lo e qualquer dia vocês vão ver lá, esperemos conseguir, não está fácil, repito que é uma obra complexa, estão a ver a área dos 2 painéis de azulejos que é grande e o mercado não está com fatura e vai ser uma obra que vai ser demorada. Porque as empresas desta área são muito poucas, são pequenas empresas. E temos ali 2 enormes painéis de azulejo. Ainda bem que os temos. Mas estão a precisar de reabilitação.

Há um problema que está resolvido. Não há mais entrada de água que havia à bruta desde a superfície que provocava o enferrujamento do ferro das colunas que provocou a rutura no painel, isso acabou. Nesta obra que está agora a acabar há uma infraestrutura que recolhe a água da chuva em cima, para evitar que continue o processo de degradação dos painéis dos azulejos, etc.

Portanto as obras correm bem. Temos um problema com o empreiteiro que foi a obra de Cacia, que é público, que multámos, porque já não havia justificação aceitável para fazer prorrogações legais e, portanto, somos um território bom, paga bem, com bons empreiteiros e que as coisas correm dentro dos prazos.

São muitas obras na verdade o partido socialista até tinha uma lista para dizer que eram demasiadas, eram obras a mais. Pronto, provavelmente umas eram obras mais incómodas, mais ainda para quem frequenta o centro da cidade. A obra do Rossio, a Avenida Lourenço Peixinho, para quem frequenta o centro da cidade é mais incómoda que a Carlos Candal, pois com certeza. Ou a obra de Verba que, como vocês não frequentam, quando fizemos a requalificação do centro urbano de Verba, era muitíssimo mais problemática e incómoda para as pessoas que lá viviam, do que o Rossio. Portanto, continuamos felizes da vida e a fazer andar para a frente e a cumprir o compromisso eleitoral.

O buzinao! Buzinai à vontade, eu só não buzinei porque não passei lá na altura. O Nabais tem um jeito para buzinar, achei muito interessante. E eu também buziniaria, não é que isso adiante alguma coisa, porque foram muito poucos a buzinar e foi pena. A capacidade de mobilização do buzinao foi curta, mas fizeram muito bem. Há que buzinar para protestar enquanto tivermos as portagens da A25, temos que acabar com elas, nisso estamos todos de acordo há muito tempo.

Peço desculpa Pedro Rodrigues, por ainda não ter apresentados os dados estatísticos. É uma falha da minha parte já tomei nota para corrigir. Nós não vamos, no que respeita aos lotes das Quintãs, estamos a apreciar o resultado da hasta pública e o facto de termos ido com valores de mercado de referência para hasta pública, bem acima daquilo que as empresas potenciais compradores quiseram dar. Os lotes de maior valor não foram sequer licitados, quanto mais disputados, não houve licitação. Mas há uma operação que tem que ter uma definição na nossa ótica, não vale a pena insistir com a venda dos lotes do loteamento das Quintãs. O que é que há para fazer? Há para fazer um debate primeiro com os outros proprietários do loteamento, porque temos que o alterar, mas não o podemos alterar só com a nossa vontade. Temos que contar com a vontade todos os proprietários e obviamente, discutir qual é o fim. Se vai para uma unidade de custos controlados, se é um equipamento público, há várias hipóteses. Nós entendemos que não faz sentido vencida a terceira tentativa de vender ir para uma quarta tentativa que o mercado não quer, não está interessado e, portanto, isso está para nós muito claro.

Quanto ao monumento dizer o seguinte. Aquilo que referenciou não foi um comunicado público. Foi uma nota interna à Academia. Se fosse um comunicado público, tinha a devida resposta da Câmara, porque a Câmara deu toda a atempada informação pública, como sempre fazemos. Como é uma nota interna, sei que o amigo é estudante na Universidade ou é professor, como é uma nota interna, nós não comentamos nem respondemos notas internas.

A informação pública foi dada por todos os mecanismos que a Câmara tem. Nota de imprensa, redes sociais, tudo e mais alguma coisa. Alguém não leu, pronto, paciência é a

vida. Devo dizer que o incómodo não foi assim tão grande. Mas uma operação daquelas feita com o tráfego a circular era um ato da maior responsabilidade, porque punha em risco de vida milhares de pessoas, correu bem, foi excelente. O prazo que estava definido, as horas que estavam definidas foram cumpridas e aquilo que devemos todos realçar, incluindo a nossa Universidade, é apenas agradecer a Câmara Municipal de Aveiro, a esta Câmara, deixar uma obra de arte pública, de ideia sua, paga por si e projetada a nosso pedido pela própria Universidade, em homenagem à nossa Universidade. Isto é importante. Incomodou um conjunto de pessoas numa manhã de uma segunda-feira. É verdade. Mas morreu alguém, não morreu ninguém. Toda a gente arranjou alternativas e, portanto, não passa nada. Devemos é agradecer, até que enfim há uma câmara, 51 anos depois da vida da Universidade, mandar fazer uma obra de arte pública, para homenagear a nossa Universidade. Outros comentários apenas eu tenho pena que eles existam. Só tenho pena não terem sido públicos para a gente poder responder como devia ser. Coisas internas das instituições, conhecemos, temos lá amigos que são alunos e professores, mas nós não comentamos questões da vida interna das instituições.

O Rui. Eu discordo de si completamente neste serviço da AveiroBus. Funciona tudo bem? Não. Funciona globalmente bem, sim. Em dois anos, de 2022 para 2024, crescemos 50% em número de utentes. Estamos, de facto, numa performance excelente. O aumento da oferta que fizemos em 2024 é um sucesso, tem uma resposta brutal. Está tudo em ordem, a empresa responde a 100%? Não. Vamos continuar a melhorar nomeadamente quando há ajustamentos dos horários. E a necessidade de colocar os ajustamentos e a velocidade de colocar no âmbito das aplicações fixas e no site é fácil. Ir a cada uma das paragens mudar os horários, obviamente tem o seu tempo e nem sempre empresa o faz rapidamente. Mas isso não é motivo para dizer mal, porque realmente são cada vez mais as pessoas que respeitam e gostam da intervenção, porque é brutal o aumento de utentes da AveiroBus.

Quanto à habitação não vale a pena perdermos tempo. Às vezes na nossa nomenclatura, não dizemos as coisas com rigor, mas não é para mentir. Nós passámos de 10 alojamentos locais para 1.600 em 12 anos. Nós passámos de 10 camas de alojamento local para 2.600 camas. Estes dois números são exatos e rigorosos. Às vezes é que a falar de alojamentos ou camas, mas os números com rigor são estes. É um crescimento notável e temos que agradecer muito aos investidores que na esmagadora maioria são pequenos empresários, nossos cidadãos. O facto de terem feito esta aposta, esperemos que continuem a fazê-la. Ela tem sido a responsável, primeira responsável, pela grande operação de reabilitação urbana de zonas abandonadas da cidade, uma das quais a mais icónica delas, o bairro da Beira-Mar, mas não só.

Quanto ao candidato que é que disse. Eu exorto sempre os candidatos a discutirem as suas ideias e críticas de uns com os outros e deixarem o Presidente da Câmara que não é candidato, em paz e sossego. São muitos candidatos, que discutam uns com os outros, para que ajudem os cidadãos a tomarem as suas decisões. Eu não sou candidato e, portanto, aqueles que sistematicamente perdem o seu tempo a falar para mim, estão a falar com o candidato errado, só por uma questão materialmente simples que toda a gente entende.

Eu sou Presidente da Câmara, mas eu não sou candidato. Portanto entretenham-se uns com os outros, eu não quero saber, se são primos ou tios ou afilhados. Nunca me meti na vida pessoal dos políticos que comigo fazem política. Não quero saber das relações pessoais que cada um de vocês têm. É que não quero saber para nada. A vida pessoal tem da minha parte a maior respeitabilidade. Sugiro aos candidatos que debatam uns com os outros. O Presidente da Câmara vai continuar a fazer o seu exercício e não é candidato e procura não se envolver. O que assistimos aqui foi uma iniciativa do Partido Socialista a dizer que a gente não tem legitimidade, que não devíamos lançar estes concursos, fazer esta revisão. Foi o Partido Socialista que veio com isto. E, obviamente, tem que ter resposta. Vejam lá o que

pensariam os cidadãos se eu não respondesse. O que pensariam vocês todos se eu não respondesse. Aliás, na Câmara tivemos uma cena igual, igual. Lá vêm a dizer estão a hipotecar o futuro e, por outro lado, temos que responder. Olhem, é a dialética, mas eu não quero estar nesse debate. Não me tragam para esse debate. Entretenham-se lá uns com os outros, quer lá saber, se são primos, irmãos, tios ou sobrinhos. São candidatos. E os candidatos têm de discutir uns com os outros. Não é a perder tempo por mais que seja estimulante discutir comigo. Eu continuarei a discutir com toda a gente, mas não na lógica da eleição autarca de 2025, porque eu não sou candidato, nem sequer neste tempo da minha vida, sou candidato a voltar a ser candidato.

Agradecer ao Jorge Greno e dar nota das coisas, tomei boa nota das questões de toponímica que referenciou e que são pertinentes. Uma delas é trabalho de casa que temos em curso, ainda não está fechado.

E em relação ao aterro também houve mais alguém que falou. Este Governo teve uma coragem que eu acho muito importante, foi dizer que uma das soluções para o país é, será encerrar. É evidente que não se diz assim. Esta palavra uso-a eu para os cidadãos nos perceberem. Porque a nomenclatura do Governo e que está no tal projeto, com esse nome engraçado que é “terra”, é dizer valorização energética dos resíduos, é um nome compridíssimo. As pessoas leem aquilo e ninguém percebe nada.

E, portanto, eu ajudo as pessoas a perceber como político, com o sentido pedagógico que gosto de ter. É encerrar. E no “Terra” o Governo definiu dois sítios para uma incineradora. A Região Centro, o Sul do Alentejo e o Algarve. Temos uma vantagem no Centro, já temos uma solução de localização. Isto é uma coisa fantástica que a concertamos nós por iniciativa dos nossos colegas da Associação Municípios do Planalto Beirão.

O grande problema disto é onde é que vai ficar o novo aterro ou a unidade de tratamento mecânico biológica ou a incineradora. Finalmente, temos um Governo, foi capaz de dizer esta é a solução. O que é que é preciso agora de estimularmos no próximo Governo? É que despache. Porque isto pode-se fazer a portuguesa e só daqui a 10 anos e que temos incineradora. E pode-se fazer a uma velocidade mais nórdica, mais anglo-saxónica ou americana, e daqui a 3 anos temos uma incineradora.

E, portanto, vamos ver qual é o ritmo da rapaziada que vai governar o país. Nós continuamos a estimular para que se despachem e ficámos satisfeitos. Até que enfim temos um governo que a este nível toma uma excelente decisão, sem problemas de virem aí aqueles fundamentalistas do Ambiente. Hoje a tecnologia de emissão de gases num processo de inceneração obviamente, tem um nível de pegada que é de uma irrelevância, que obviamente justifica que tenha investimento e, obviamente, depois na equação financeira, ela é de uma sustentabilidade bem melhor, incomparável com aquela que temos com o sistema de tratamento mecânico biológico.

A doutora Maria, já tratei da sua sombra. Sabe que eu tenho uma coisa feliz. Eu e o Presidente Girão Pereira, fomos dos 5 presidentes de câmara, que saímos pelo nosso pé.

Os outros 3, um que Deus o tenha em bom lugar, o Presidente Celso, o Presidente Alberto Souto e o Presidente Élio Maia, saíram despedidos pelo povo. Deve ser muito doloroso.

Um Presidente que se dedica, o resultado é mais positivo ou negativo, mas um presidente que se dedica à causa, depois vir a ser despedido pelo seu povo deve ser doloroso.

O presente Girão Pereira e o Presidente Ribau Esteves, saem pelo seu pé, não saem despedidos pelo seu povo. Isto é uma nota da história que não há volta a dar-lhe.

E a avaliação que os cidadãos fazem é sempre a avaliação que interessa. A dialética nossa é útil, ela importantíssima para a democracia, mas não é relevante porque nós não decidimos. São os cidadãos sempre que decidem.

Quanto às ruas e algumas questões que temos para tratar da iluminação pública. Vamos continuar o nosso trabalho a fazer muitas obras, porque ainda há operações para resolver e

vamos continuar a trabalhar na rua Visconde da Granja e em tantas outras que temos objetivos para cumprir de qualidade.

A “Foz de Prata” é diferente, Senhora Doutora! É um investimento privado, é uma obra de loteamento de infraestruturas que está a terminar. Já foi requerida a receção. Tem algumas questões para tratar, formais, e nós já respondemos à empresa. A empresa vai agora tratar para podermos fazer a receção provisória das obras que vai também e vocês vão perceber isso facilmente, porque o empreiteiro quando nós recebermos vai retirar o taipal da obra.

Porque aquilo passa a ser de espaço público normal e que todos nós podemos andar livremente.

Alguém falava dos riscos da sinalização das estradas, etc. daquela frase que lá aparece de “marcações em breve” era dispensável. Mas hoje, saibam, há alguns advogados senhor doutor, que se entretêm a pegar em tudo para que se houver um toque, um acidente, procurem encontrar e, portanto, como os subempreiteiros que fazem sinalização horizontal em Portugal são muito poucos, sempre a sinalização horizontal é feita no fim das obras. Como às vezes há acidentes e não sei quê, vai-se exagerando na informação. Não é precisa para nada porque há lá sinal de obra e, portanto, quem entra numa zona de obra tem de ter cautela, mas põe-se mais isto e mais aquilo e mais aquilo para quando há um acidente e acontece de vez em quando. É raro termos, mas os empreiteiros, as seguradoras, e a câmara que é a dona da obra, termos menos problemas.

Quanto ao depósito de água, o que está lá, a obra que está em curso, é uma obra da ADRA. Foi feito mais um depósito apoiado ao lado, para se aumentar a capacidade de armazenamento de água. É um dos nossos depósitos centrais para distribuição e aquela peça à frente que fica, enfim, junto ao portão de entrada para Mário Sacramento, vai ser a nova loja das águas da região de Aveiro, para que os seus clientes possam interagir. Uma peça de Arquitetura muito interessante que se vai aproximando do fim da obra e tem aquela lógica de forma de depósito apoiado. Portanto é um pequeno cilindro, mas que naquele caso não vai ser para guardar água, vai ser para uma loja de interação da ADRA com os seus clientes.

Agradecer as notas, várias, do Calafate, Bruno Costa e deixar esta nota em relação à ZLT Aveiro.

A ZLT foi das conquistas principais que tivemos nos últimos. Foi sofrido a pressão sobre o Ministro da Economia, para que ele assinasse essa Portaria antes de o Governo perder a capacidade legislativa quando passou a gestão. Foi uma luta muito pesada, muito complexa, e tem uma enorme importância para o futuro da nossa Região numa importância nacional e europeia, ao nível de vários investimentos.

E, portanto, é seguramente uma conquista. Que seguramente a vamos percebendo melhor nos próximos tempos, no manuseamento de projetos, mas que tem uma importância enorme neste mundo, onde as tecnologias de informação e da eletrónica tem uma preponderância grande, ainda por cima num território que tem um Porto, num território que tem uma Unidade Militar, e um Porto e uma Unidade Militar no mundo em que vivemos passaram recentemente a ter uma importância muito maior daquela que tinham no mundo onde vivíamos há poucos anos. Muito Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal João Almeida (PAN)⁰⁶⁰

Vogal Rui Faria (BE)⁰⁶¹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁶²

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶³

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação da Informação Escrita sobre a Atividade Municipal.

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão Ordinária, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰⁶⁵ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida deu por encerrada a reunião da sessão ordinária.

Eram 24:00 horas do dia 16 de Abril de 2025.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)